fineduca
Revista de Financiamento da Educação

ISSN: 2236-5907

Artigos

Volume 16 - 2026 | n. 23

Análise da Política de Financiamento Educacional PDDE: gestão, limites e responsabilização em Brejinho/Rio Grande do Norte

Elton Oliveira de Moura[I]
Eloíza Marcelino Bezerra[I]
Maria Eduarda Santos da Silva[I]

[I]Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Nova Cruz/RN – Brasil

Resumo

Este estudo teve como objetivo analisar como ocorre a gestão da política de financiamento educacional Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) no município de Brejinho/RN. Adotou-se uma abordagem qualitativa, que foi conduzida por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores de seis escolas, no intuito de compreender aspectos da gestão dos recursos transferidos pelo PDDE nas unidades escolares. Os resultados evidenciam a importância do PDDE como principal fonte de repasse financeiro para as escolas investigadas, mas também revelam a necessidade de aprimoramentos em sua implementação, mais especificamente na formação dos gestores, na atualização dos valores repassados, na promoção de uma gestão escolar participativa e na metodologia de cálculo dos recursos. Além disso, os resultados indicam certa aderência do PDDE com o movimento de políticas de responsabilização alinhadas às reformas do Estado brasileiro das últimas décadas. O estudo busca contribuir para o debate sobre o papel do PDDE no financiamento da educação básica em contextos municipais semelhantes ao do município estudado, apontando possibilidades de (re)formulação da política pública que favoreçam o atendimento dos objetivos do programa.

Palavras-chave: **PDDE. Gestão Escolar. Recursos Financeiros. Financiamento da Educação.**

Analysis of the PDDE Educational Financing Policy: management, limits, and accountability in Brejinho/Rio Grande do Norte

Abstract

This study aimed to analyze the management of the educational financing policy known as the Direct Money in School Program (PDDE) in the municipality of Brejinho/RN. A qualitative approach was adopted, conducted through semi-structured interviews with managers from six schools, in order to understand aspects of the management of resources transferred by the PDDE to the school units. The results highlight the importance of the PDDE as the primary source of financial transfers for the investigated schools, but also reveal the need for improvements in its implementation, specifically regarding manager training, the updating of transferred amounts, the promotion of participatory school management, and the methodology for calculating resources. Furthermore, the results indicate a certain alignment of the PDDE with the movement of accountability policies linked to the reforms of the Brazilian State in recent decades. The study seeks to contribute to the debate on the role of the PDDE in financing basic education in municipal contexts similar to the one studied, pointing to possibilities for the (re)formulation of public policy to better meet the program's objectives.

Keywords: **PDDE. School Management. Financial Resources. Education Financing.**

Análisis de la Política de Financiamiento Educativo PDDE: gestión, límites y rendición de cuentas en Brejinho/Rio Grande do Norte

Resumen

Este estudio tuvo como objetivo analizar cómo se lleva a cabo la gestión de la política de financiamiento educativo Programa Dinero Directo en la Escuela (PDDE) en el municipio de Brejinho/RN. Se adoptó un enfoque cualitativo, realizado mediante entrevistas semiestructuradas con gestores de seis escuelas, con el fin de comprender aspectos de la gestión de los recursos transferidos por el PDDE en las unidades escolares. Los resultados evidencian la importancia del PDDE como principal fuente de transferencia financiera para las escuelas investigadas, pero también revelan la necesidad de mejoras en su implementación, específicamente en la formación de los gestores, en la actualización de los valores transferidos, en la promoción de una gestión escolar participativa y en la metodología de cálculo de los recursos. Además, los resultados indican cierta adherencia del PDDE al movimiento de políticas de rendición de cuentas alineadas con las reformas del Estado brasileño de las últimas décadas. El estudio busca contribuir al debate sobre el papel del PDDE en el financiamiento de la educación básica en contextos municipales similares al del municipio estudiado, señalando posibilidades de (re)formulación de la política pública que favorezcan el cumplimiento de los objetivos del programa.

Palabras clave: **PDDE. Gestión Escolar. Recursos Financieros. Financiamiento de la Educación.**

Introdução

Criado em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem como finalidade fortalecer a autonomia das instituições de ensino básico por meio da destinação direta de recursos às escolas públicas. Esses recursos visam subsidiar investimentos em diversas áreas, como infraestrutura física, pedagógica e administrativa. Para além dos aspectos relacionados à gestão da escola, o PDDE destaca-se também como uma política de enfrentamento às desigualdades socioeducacionais, sobretudo em áreas marcadas por vulnerabilidades sociais e econômicas (Almeida *et al*., 2024; Viana, 2022).

Apesar de sua importância e do reconhecimento como uma política pública bem-sucedida, persistem desafios relacionados à sua implementação. Diversos estudos apontam fragilidades quanto à gestão dos recursos, à defasagem nos valores repassados, à prestação de contas, ao volume de trabalho, à carência de capacitação, às heterogeneidades regionais e à participação da comunidade escolar no processo decisório (Almeida *et al.*, 2024; Flores *et al.*, 2024; Mafassioli, 2015; Viana; Selau, 2024).

Para além das fragilidades operacionais, é necessário considerar os efeitos da adoção, pelo programa, de processos alinhados às reformas recentes do Estado brasileiro que fomentam práticas associadas à privatização da educação (Adrião; Peroni, 2007; Moura; Oliveira, 2023). Tais práticas se expressam em mecanismos de responsabilização, gestão por desempenho, avaliação e monitoramento, os quais podem produzir efeitos indesejáveis e não refletir adequadamente as realidades das unidades escolares.

Para que o programa continue exercendo um papel relevante no fortalecimento da educação pública, torna-se fundamental sua constante avaliação e reformulação, de modo a

atender às demandas reais das instituições escolares (Souza *et al.*, 2024). Assim, este artigo teve como objetivo analisar a gestão da política de financiamento educacional PDDE no município de Brejinho, localizado no estado do Rio Grande do Norte.

A partir da análise da realidade educacional de Brejinho/RN, este artigo busca contribuir para a discussão sobre o papel do PDDE no financiamento da educação básica em municípios com características similares; para a reflexão sobre como políticas de financiamento educacional podem operar simultaneamente como instrumentos de apoio às escolas e de intensificação de mecanismos de controle e responsabilização; e para a promoção de ajustes futuros na execução do programa que favoreçam o atendimento dos seus objetivos.

O PDDE no Contexto das Políticas de Financiamento da Educação Pública

O PDDE é uma iniciativa do governo brasileiro voltada para a melhoria da infraestrutura e da gestão das escolas públicas do país. Instituído em 1995, o programa visa fortalecer a autonomia das instituições de ensino básico, proporcionando recursos financeiros diretamente às escolas, a fim de promover investimentos em diversas áreas, como infraestrutura física, ações pedagógicas e aspectos administrativos. Por meio desse programa, as escolas têm a oportunidade de desenvolver projetos que atendam às necessidades específicas de sua comunidade escolar, contribuindo para a qualidade da educação oferecida (FNDE, 2025).

Os repasses do PDDE visam não apenas à melhoria estrutural das escolas, mas também à garantia de condições mínimas para o desenvolvimento de práticas educativas voltadas à permanência e ao sucesso dos estudantes. A autonomia conferida às unidades escolares permite a aplicação dos recursos em despesas como pequenos reparos, aquisição de materiais pedagógicos e de expediente, e apoio à execução de programas educacionais específicos (Bitencourth; Gomes; Camargo, 2020).

Almeida *et al.* (2024) destacam o avanço significativo no processo de descentralização de recursos públicos, uma vez que ele possibilita o atendimento de demandas concretas das escolas e contribui para a manutenção de seus serviços essenciais. Além do repasse de recursos financeiros, o programa também desempenha um papel importante no fortalecimento da gestão escolar participativa e democrática.

Ao possibilitar que as escolas decidam como aplicar os recursos de acordo com suas demandas e prioridades, o programa incentiva a participação ativa de professores, alunos, pais e membros da comunidade na tomada de decisões. Essa abordagem colaborativa não apenas promove a transparência e a eficiência na aplicação dos recursos, mas também fortalece o senso de pertencimento e de responsabilidade dos envolvidos com a educação, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e o sucesso escolar (FNDE, 2025).

O volume de recursos repassado às escolas públicas por meio do PDDE é definido com base no número de matrículas registradas no Censo Escolar do ano anterior, acrescido de valores fixos e variáveis conforme as características da unidade (rural ou urbana, com ou sem unidade executora, atendimento especializado, entre outros). O Quadro 1 apresenta os valores referenciais de cálculo para os repasses do PDDE Básico.

Quadro 1 – Valores referenciais de cálculo para repasses do PDDE Básico

Especificação	Valor fixo (R$)	Valor *per capita* (R$)
Escola pública urbana com Unidade Executora (UEx)	1.850,00	20,00
Escola pública rural com UEx	5.550,00	20,00
Escola pública rural indígena e quilombola com UEx	5.550,00	20,00
Escola privada de educação especial	1.850,00	60,00
Escola pública urbana sem UEx	-	40,00
Escola pública rural sem UEx	-	60,00
Público-alvo da educação especial em escola pública	-	100,00
Alunos de escola pública em Atendimento Educacional Especializado (AEE)	-	20,00

Fonte: FNDE (2026a).

As UEx são organismos vinculados às escolas públicas e responsáveis diretas pela gestão dos recursos recebidos. Já as Entidades Mantenedoras (EM) representam as instituições privadas sem fins lucrativos, especialmente aquelas que atuam na educação especial. O Quadro 2 traz uma perspectiva regional dos repasses realizados em 2025 aos estados do Nordeste brasileiro, ilustrando a abrangência financeira do programa.

Quadro 2 – Valores repassados para os estados da região Nordeste do Brasil em 2025

Estado	Valor transferido (R$)
Alagoas	48,89 milhões
Bahia	209,70 milhões
Ceará	130,94 milhões
Maranhão	176,57 milhões
Paraíba	62,17 milhões
Pernambuco	100,67 milhões
Piauí	63,15 milhões
Rio Grande do Norte	42,34 milhões
Sergipe	31,09 milhões

Fonte: Monitore o PDDE (FNDE, 2026b).

Além do PDDE Básico, o programa contempla também Ações Integradas, cujos recursos são destinados a finalidades específicas e devem ser utilizados exclusivamente conforme a regulamentação. Atualmente, destacam-se duas grandes vertentes: o PDDE Qualidade e o PDDE Equidade. Essas ações visam atender demandas distintas, como conectividade, educação no campo e inclusão, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Ações Integradas do PDDE

Ação Integrada	Descrição
PDDE Qualidade	Programa de Inovação Educação Conectada; Programa Escola e Comunidade; PDDE Compromisso – Programa Cantinho da Leitura; Programa Escola das Adolescências e Programa Ensino Médio Noturno Mais
PDDE Equidade	PDDE Água, Esgotamento Sanitário e Infraestrutura nas Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas; Sala de Recursos Multifuncionais; e PDDE Diversidades.

Fonte: FNDE (2026c).

A política de financiamento PDDE é custeada com recursos da União e tem por objetivo assegurar que as escolas públicas disponham de condições mínimas para garantir a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes, especialmente aqueles que vivenciam contextos marcados por desigualdades. No entanto, para que continue sendo uma política efetiva, é necessário que seu desenho e sua execução passem por revisões periódicas que levem em conta as demandas emergentes das escolas públicas brasileiras (Souza *et al*., 2024).

O PDDE entre a Descentralização e a Responsabilização

O Estado brasileiro, a partir dos anos 1990, passa a adotar reformas de orientação gerencialista, alinhadas ao paradigma da Nova Gestão Pública (NGP). A NGP constitui um modelo alternativo ao paradigma burocrático da administração pública e defende a incorporação de elementos de orientação neoliberal na gestão do Estado, sobretudo a partir de um discurso pautado na eficiência. No Brasil, esse movimento ganha força a partir de 1995, com a implementação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado. Entre as principais estratégias adotadas, destacam-se a privatização, a publicização e a terceirização (Cóssio, 2018; Oliveira; Duarte; Clementino, 2017).

É nesse contexto que se consolida a noção de governança pública, compreendida como a conexão entre o sistema governamental e o ambiente que circunda o governo, envolvendo os padrões de articulação, a cooperação entre atores e os arranjos institucionais estabelecidos. Entretanto, no âmbito da NGP, o conceito de governança tem sido utilizado como mecanismo de legitimação de políticas neoliberais, a partir da adoção dessas práticas como fazendo parte de uma “boa governança” (Cóssio, 2018).

Assim, reconfigura-se o papel estatal na promoção de políticas sociais: reduz-se sua atuação como executor direto, ao mesmo tempo em que se mantém como financiador. Dessa forma, ocorre a transferência de responsabilidades pela oferta e execução das políticas à sociedade, seja por meio da privatização ou da atuação de agentes públicos não estatais (Adrião; Peroni, 2007). Nesse sentido, ao discutir o PDDE como política de financiamento da educação, é importante destacar suas implicações na gestão das escolas públicas brasileiras. Pode-se afirmar que o programa se insere no conjunto de reformas do Estado implementadas no Brasil a partir da década de 1990.

Um primeiro aspecto refere-se à incorporação de um ideário de *accountability* na gestão escolar. Apesar das diferentes interpretações do conceito, *accountability* é frequentemente compreendida como um processo de prestação de contas que implica mecanismos de responsabilização (muitas vezes de caráter autoritário) para instituições, organizações e indivíduos (Afonso, 2012).

Essa lógica de responsabilização repercute tanto na prática docente quanto na gestão escolar (Santos; Pereira Junior; Oliveira, 2024). No caso da gestão baseada em resultados de avaliações em larga escala, observa-se uma tendência de classificação das escolas e de seus sujeitos (alunos, docentes e gestores) a partir de indicadores de desempenho. Entretanto, tal abordagem desconsidera fatores contextuais que envolvem responsabilidades compartilhadas entre escola, comunidade e redes de ensino, os quais influenciam o desempenho acadêmico.

No caso do PDDE, essa dinâmica também se manifesta. Conforme apontam Bizzon (2022) e Mafassioli (2015), a descentralização de recursos financeiros por meio de políticas como o programa ocorre em um contexto de forte influência neoliberal, especialmente a partir dos anos 1990. Nesse sentido, a descentralização pode ser compreendida como parte de um movimento de transferência de responsabilidades no financiamento e na execução das políticas públicas.

A autonomia promovida pelo programa pode ser entendida como relativa, uma vez que as escolas permanecem submetidas a normativas, critérios de aplicação dos recursos e exigências de prestação de contas definidos por instâncias centrais. Dessa forma, embora haja maior margem para a tomada de decisões no âmbito local, essa autonomia é condicionada por diretrizes previamente estabelecidas, o que limita a capacidade das unidades escolares de definirem, de maneira plena, suas prioridades.

Nesse sentido, apesar de a noção de *accountability*, no contexto das reformas do Estado, assumir frequentemente um caráter negativo, sendo associada à imputação de consequências simbólicas e materiais aos trabalhadores da educação, não se espera uma autonomia total da escola. Pelo contrário, torna-se necessário articular a ideia de *accountability* à perspectiva democrática, fortalecendo discursos e práticas pautados na transparência, na coletividade, na responsabilidade profissional e no controle social (Oliveira; Santos, 2021).

Procedimentos Metodológicos

Este artigo teve como objetivo analisar a gestão do PDDE no município de Brejinho/RN. Trata-se de um município de pequeno porte, com aproximadamente 12.000 habitantes, que enfrenta desafios educacionais significativos. Em 2023, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da rede pública foi de 4,8 nos anos iniciais do Ensino Fundamental e de 3,8 nos anos finais, valores inferiores às metas estabelecidas para essas etapas. O município conta com 11 escolas de Ensino Fundamental e uma de Ensino Médio, totalizando 1.685 matrículas no Ensino Fundamental e 496 no Ensino Médio (IBGE, 2026).

Para a condução da investigação, adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, com foco nas percepções, práticas e experiências de gestores escolares no uso dos recursos do PDDE. Complementarmente, foram utilizados dados secundários provenientes de bases públicas, como o Monitore PDDE e o PDDE Info.

A investigação foi realizada com seis gestores de escolas públicas municipais e estaduais de diferentes etapas de ensino no município de Brejinho/RN, durante o período de setembro a dezembro de 2024. A seleção dos participantes considerou a diversidade das unidades escolares quanto ao nível de ensino, ao número de estudantes atendidos e à localização geográfica.

Inicialmente, foram contatadas todas as escolas beneficiadas pelo PDDE no município, que totalizam 11 unidades, sendo 8 municipais e 3 estaduais. No entanto, apenas 6 gestores demonstraram interesse e disponibilidade para participar da pesquisa, sendo 3 vinculados à rede estadual e 3 à rede municipal. O Quadro 4 apresenta um breve perfil das respectivas escolas investigadas.

Quadro 4 – Dados das escolas investigadas

Nome da Escola	Total de alunos	Total de funcionários	Modalidade
Creche Municipal Antônio Gomes Silveira	380	62	Educação infantil, pré-escola e creche
Escola Estadual Presidente Café Filho	252	31	Ensino Fundamental 2
Escola Estadual Professora Maria Augusta da Trindade	308	25	Ensino Fundamental 1
Escola Estadual Jose Lúcio Ribeiro	500	64	Ensino Médio
Escola Municipal de 1º grau Dinarte Mariz	777	93	Ensino Fundamental 1 e 2
Escola Municipal Avelino Matias Xavier	180	55	Ensino Fundamental 1 e 2

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Como técnica de coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, conduzidas presencialmente nas unidades escolares. Essa abordagem permitiu maior flexibilidade na condução das conversas, favorecendo a emergência de aspectos contextuais, subjetivos e operacionais da gestão dos recursos. O roteiro das entrevistas foi elaborado com base nas dimensões analíticas propostas por Viana (2020), considerando aspectos como aplicação dos recursos, prestação de contas, participação da comunidade escolar e avaliação do programa. O Quadro 5 apresenta um breve perfil dos participantes da pesquisa.

Quadro 5 – Participantes da pesquisa

Nome	Função	Tempo do cargo	Área de formação	Idade	Sexo
Gestor 1	Direção	7 anos e 9 meses	Letras, Língua Portuguesa	45	Feminino
Gestor 2	Direção	4 anos e 9 meses	Letras, Língua Portuguesa	45	Feminino
Gestor 3	Coordenação financeira	2 anos e 9 meses	Pedagogia; Letras Língua Portuguesa; Letras Língua Inglesa	34	Feminino
Gestor 4	Docência e coordenação financeira	Mais de 10 anos	Licenciatura em Matemática	53	Masculino
Gestor 5	Direção	16 anos	Licenciatura em Geografia; Pós-graduação em Tecnologia e Educação; Pós-graduação em Educação Ambiental e Patrimonial	52	Masculino
Gestor 6	Direção	4 anos	Licenciatura em Matemática; Pós-graduação em Gestão Educacional	60	Masculino

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Todas as entrevistas foram gravadas com autorização prévia dos participantes e, posteriormente, transcritas com o apoio da ferramenta Transkriptor. As transcrições passaram por revisão manual realizada pelos autores, garantindo a fidelidade das informações e a integridade analítica dos dados.

A análise dos dados baseou-se na técnica de análise de conteúdo, que possibilitou a codificação, a categorização e a interpretação das falas. As categorias analíticas foram organizadas a partir das dimensões adotadas na elaboração do instrumento de coleta de dados. Essa estrutura permitiu compreender como a política se materializa no contexto estudado, destacando os limites e as potencialidades do PDDE enquanto mecanismo de financiamento da educação básica em um município de pequeno porte.

Análise e Discussão dos Resultados

Nesta seção, serão apresentados os dados da pesquisa e as suas respectivas análises a partir das categorias de análise adotadas nos procedimentos metodológicos da pesquisa: a) caracterização do PDDE no município de Brejinho/RN; b) gestão e aplicação dos recursos pelos gestores escolares; c) processos de prestação de contas; d) participação da comunidade escolar; e) avaliação geral do programa e perspectivas futuras.

O PDDE no Município de Brejinho/RN

O município de Brejinho/RN tem 11 escolas contempladas com recursos do PDDE, distribuídas entre as redes municipal e estadual, localizadas nas zonas urbana e rural do município. De acordo com dados disponibilizados na plataforma PDDE Info, todas as escolas do município apresentaram regularidade na prestação de contas dos recursos recebidos. O Quadro 6 detalha os valores repassados em 2025 a cada escola cadastrada no PDDE, discriminando os montantes destinados ao custeio e capital, bem como os respectivos Índices de Desempenho da Gestão Descentralizada (IdeGES) do PDDE. Os dados representam os valores transferidos não apenas do PDDE Básico, mas considera os recursos do PDDE Qualidade, como o Compromisso-Cantinho da Leitura, Escola das Adolescências e Escola e Comunidade e Educação Conectada.

Quadro 6 – Repasses do PDDE para as escolas de Brejinho/RN em 2025

Escola	Verba custeio (R$)	Verba capital (R$)	Total (R$)	IdeGES (2021)
Creche Municipal Antônio Gomes Silveira	9.334,00	4.004,00	13.338,00	9,97
Escola Estadual Presidente Café Filho	13.422,00	7.096,00	20.518,00	9,5
Escola Estadual Professora Maria Augusta da Trindade	5.551,00	5.707,00	11.258,00	8,84
Escola Municipal Avelino Matias Xavier	11.796,00	3.625,00	15.421,00	9,07
Escola Municipal Dinarte Mariz	27.540,00	9.402,00	36.942,00	9,5
Escola Estadual José Lúcio Ribeiro	13.488,00	6.514,00	20.002,00	9,15
Escola Municipal Francisco Luiz Torres	6.692,00	1.749,00	8.441,00	9,99
Escola Municipal Joaquim Anjo	15.529,00	31.242,00	46.771,00	9,97
Escola Municipal José Alves Correia	6.327,50	3.448,50	9.776,00	9,98
Escola Municipal Luiz Eloi de Pontes	13.032,50	26.863,50	39.896,00	9,97
Escola Municipal Maria Ferreira do Nascimento	7.000,50	2.855,50	9.856,00	9,96

Fonte: FNDE (2026d).

Observa-se, a partir dos IdeGES, que as escolas de Brejinho/RN apresentam desempenho classificado como “muito alto”, com notas próximas ou superiores a 9,0. O IdeGES, conforme definido pelo FNDE (2021), é um indicador que avalia a qualidade da gestão descentralizada do PDDE, considerando critérios de execução, prestação de contas e cumprimento das finalidades do programa. Sua escala varia de 0 a 10, sendo os intervalos interpretados da seguinte forma: 0 a 4,0: muito baixo; 4,1 a 6,0: baixo; 6,1 a 8,0: médio; 8,1 a 9,0: alto; 9,1 a 10: muito alto.

A elevada pontuação das escolas do município sugere que, apesar das limitações orçamentárias relatadas pelos gestores, os procedimentos administrativos e financeiros relacionados ao PDDE estão sendo cumpridos de forma adequada. Isso indica certo grau de maturidade institucional na gestão dos recursos, especialmente no que se refere ao cumprimento das normativas e exigências do programa.

Apesar disso, nas próximas seções, serão apresentados aspectos mais contextuais da gestão do recurso nas escolas, trazendo elementos que são pouco apreendidos pelos IdeGES, mas que impactam no cotidiano da gestão do programa nas escolas.

Gestão e Aplicação dos Recursos

O PDDE Básico é repassado às escolas em duas parcelas anuais, geralmente distribuídas entre o primeiro e o segundo semestre. A aplicação desses recursos está vinculada à sua natureza: verba de custeio, voltada para despesas correntes (como material de consumo); e verba de capital, destinada à aquisição de bens permanentes e investimentos em infraestrutura.

Os relatos dos gestores evidenciam familiaridade sobre essa diferenciação e a adoção de estratégias para o planejamento do uso dos recursos, como exemplificam os trechos a seguir:

> [...] quando chega [o recurso], a gente na escola sempre deixa chegar aos 100% de recurso. Chega a primeira parcela, a gente aguarda, o dinheiro fica aplicado, né? É, fica rendendo juros e, quando chega a segunda parcela, aí a escola se reúne, a gente faz uma ata, é... dizendo que... informando a toda comunidade que chegou ao recurso, que está 100% [total do recurso], que o valor é aquele (Gestor 4).

> Para que a escola, com esse recurso, possa atuar na área pedagógica, na área administrativa e de manutenção do prédio. [...] Geralmente agora a gente está comprando impressoras, porque é uma questão de impressão, de material de tudo, e aí a demanda é muito grande, pois as impressoras não suportam muito a carga grande, né? A parte de custeio é para que as pessoas adquiram material de expediente para a instituição, como papel ofício, todo material que é utilizado diariamente na escola. E a outra parte é a parte que eles chamam de capital; essa parte de capital é para a compra de material permanente, vai entrar aí máquinas, equipamentos, pessoas (serviços), móveis para a escola, computadores (Gestor 5).

Na fala do Gestor 5, fica evidente que é clara, para os gestores entrevistados, a separação entre os tipos de recursos recebidos. Os exemplos citados evidenciam que as necessidades de recursos da escola são classificadas pelos gestores como demandas de custeio, para aquelas relacionadas ao funcionamento da escola (ex.: papel, tinta, material de expediente etc.); e de capital, para aquelas despesas relacionadas a investimentos pontuais em infraestrutura ou aquisição de equipamentos (impressoras, móveis, equipamentos, ferramentas etc.).

Porém, no que se refere ao valor dos recursos transferidos pelo programa, os gestores entrevistados indicam que, ao longo dos anos, o repasse tem se apresentado como insuficiente para atender às demandas das escolas:

> Ano a ano os valores [dos materiais] vêm aumentando, e os valores repassados praticamente são os mesmos. Aí isso aí é a dificuldade, né? Da gente filtrar e comprar... e agora vamos comprar uma resma de papel ou vamos comprar um fardo de cartolina?

> Qual? Qual será a nossa necessidade maior nesse momento? Os recursos são poucos, a demanda é grande, os preços são altos, e a gente fica aí comprando, cada vez menos, o recurso. Por exemplo, a gente vinha R$ 10.000,00, quando a gente comprava R$ 10.000 há 7, 8 anos atrás, a gente enchia o depósito de cartolina, não é? O nosso armário seria para ficar lotado. Hoje, com R$ 10.000,00, vêm 2 cartolinas assim lá, nada (Gestor 4).

O Gestor 4 expressa a sua insatisfação em relação à desatualização do valor do recurso devido à inflação, pois, há alguns anos, os valores recebidos custeavam mais coisas do que agora. Devido à inflação dos preços de bens e serviços, há uma maior dificuldade de contar com o mesmo orçamento. Consoante a fala do Gestor 4, a Gestora 3 expõe a sua opinião sobre o recurso, evidenciando seu anseio de que o valor advindo do PDDE seja reajustado, já que, em decorrência da alta demanda das escolas, apenas algumas necessidades são atendidas, sendo necessário eleger prioridades.

> Cumpre. Se ele [o repasse do PDDE] fosse um pouco mais, né? o valor... a questão vai ser ele batendo nessa tecla da quantidade, do valor, né? Mas aí o que manda pra gente é que ele [o recurso] consegue cumprir com algumas dessas demandas, não todas de uma vez, mas com que tá sendo o mais necessário no momento. A gente dá um jeito de executar minimamente, né? (Gestor 3).

Apesar de as escolas estudadas serem consideradas como tendo um nível bom de gestão, tomando como base os IdeGES, a partir das falas dos entrevistados, observa-se que esses índices têm limitações e não constituem um referencial de qualidade plenamente coerente com a realidade das escolas. A classificação de desempenho baseada em parâmetros definidos pelas instituições responsáveis pela política tende a ocultar aspectos estruturais relevantes, como a insuficiência dos recursos transferidos e a ausência de um plano de recomposição que considere a inflação de bens e os serviços ao longo do tempo. Viana e Selau (2024) argumentam que esses índices podem funcionar como mecanismo de mensuração, ranqueamento e culpabilização das escolas por suas dificuldades na gestão dos recursos, sem necessariamente evidenciar elementos que também atribuam ao FNDE a condição de corresponsável.

Não se trata de defender a inexistência desses índices, mas de ressaltar a necessidade de que eles, em vez de reforçarem uma lógica de competição e responsabilização, estejam vinculados a uma perspectiva de monitoramento e autoavaliação, orientada à definição de ações de assistência e à identificação de contextos com desempenhos mais críticos (Viana; Selau, 2024). Tal como está concebido, os índices reforçam a transferência de responsabilidades para a gestão escolar quanto aos resultados educacionais associados ao uso desses recursos, deslocando o foco das limitações estruturais dos sistemas de ensino para a atuação das unidades escolares.

No que se refere à importância do recurso, há uma percepção positiva dos gestores, destacada pelo fato de o PDDE ser o único recurso que eles têm disponível para implementar projetos de melhoria na escola. O Gestor 1 ressalta que o PDDE é de suma importância, uma vez que, antes, quando não existia esse recurso nas escolas, havia mais dificuldade na realização de projetos, compra de materiais e até mesmo na infraestrutura das escolas, sendo dependentes de doações feitas pelos próprios pais, pelos alunos ou pelos professores.

> Ele consegue cumprir; não 100%, mas ele consegue cumprir. Na verdade, eu digo que não é 100%, mas é essencial, porque antes as escolas não tinham e era uma verdadeira

> dificuldade. Quando eu estudava, por exemplo, no Café Filho, não recebia o PDDE. Então, a escola dependia de doação dos próprios pais, dos próprios alunos, e era bem difícil (Gestor 1).

A distinção entre as duas formas de financiamento é que o recurso do PDDE provém do governo federal, enquanto as doações, conhecidas como contribuições espontâneas, são obtidas geralmente através da família dos estudantes (Viana, 2022). Apesar de ambas terem o mesmo objetivo de prestar assistência financeira às escolas públicas, Viana (2022) indica a preferência pelo PDDE, devido à sua melhor estrutura e aos entraves de se adotar as contribuições voluntárias, como também ao fato de essas contribuições não serem realmente espontâneas, não terem transparência em relação ao uso dos recursos e causarem certo constrangimento para as famílias. Desse modo, como é ressaltado pelo Gestor 1, apesar dos impasses que a política apresenta – a insuficiência de valores e desatualização dos repasses –, o PDDE representa um avanço e cumpre com os seus objetivos no âmbito escolar.

Ao analisar as falas dos gestores, é notório que todos apresentam a mesma opinião em relação ao valor do recurso: ele não consegue atender à demanda necessária da escola, devido à insuficiência de valores. Também é apontado que, por conta da desatualização dos repasses, não é possível adquirir a mesma ou uma quantidade próxima de recursos referente aos anos anteriores. No entanto, apesar de tal situação, a maioria dos gestores afirma que essa política pública é essencial para sua instituição, pois as escolas passavam por muitas dificuldades quando elas não eram contempladas com a verba ou os recursos permanentes.

Transparência e prestação de contas

A prestação de contas na gestão pública refere-se ao mecanismo de governança e transparência adotado pelos gestores e/ou responsáveis pelas ações e gestão de órgãos do Estado. Consiste principalmente na divulgação e análise da gestão nos âmbitos de orçamento, finanças, operações e patrimônio, com o propósito de garantir o controle social e institucional das ações e dos usos dos recursos públicos (TCU, 2020).

No que diz respeito ao PDDE, tal procedimento é obrigatório para os agentes executores que receberam verbas no ano corrente, bem como para aqueles que possuem saldo de exercícios anteriores ou cujos recursos não tenham sido utilizados (Flores *et al.*, 2024). Sobre esse processo, o Gestor 1 relata, em uma de suas falas, que a etapa foi facilitada, visto que a prestação de contas vem se modernizando, sendo a utilização do BB Ágil um dos exemplos dessa evolução:

> A prestação de contas nossa fica aqui na escola, né? À disposição de qualquer pessoa que faça parte da comunidade escolar.
> Como eu já tinha trabalhado em outras situações de prestação de contas, acabou sendo fácil. Ela [a prestação de contas] vem modernizando. Agora a gente tem o BB Ágil, que a gente automaticamente comprou. Tem que inserir a nota no próprio sistema do Banco do Brasil, e ele mesmo vai fazendo o controle de saldo. Em todas as mudanças, a gente tem a assessoria, então tá simplificando fácil (Gestor 1).

O BB Ágil é uma solução desenvolvida pelo Banco do Brasil que busca reunir informações de recursos creditados e gastos, aplicações financeiras, documentos de despesas relacionados, categorizações dos gastos e todas as contas relativas a um beneficiário, simplificando a gestão dos recursos oriundos de repasses. A utilização do BB

Ágil é normatizada pela Portaria nº 548, de 2 de julho de 2024, que estabelece as categorizações de despesas do programa com a solução BB Ágil (Brasil, 2024). Portanto, os gestores das escolas entrevistadas relataram que utilizam essa sistematização para realizar prestação de contas dos bens e serviços obtidos pela verba advinda do PDDE, como fica explícito na fala do Gestor 4:

> Hoje nós temos também o BB ágil, que é o sistema do Banco do Brasil. O próximo recurso entra, e a gente agora está colocando as notas fiscais eletrônicas naquele gasto. Então, um exemplo: no PDDE, entrou R$ 10.000,00, a gente gastou R$ 5.000,00 e uma empresa, R$ 5.000,00, em outra empresa, aí cada empresa dessa lança uma nota, né? Uma nota fiscal eletrônica que vai lá na receita e tudo. Quando vem para o sistema do banco, a gente vai lá, acessa, coloca a chave de acesso dessa nota, digita a chave de acesso à nota. O próprio sistema vai lá na receita, acha a nota para dentro do BB Ágil, que lá aparece todos os valores, o que foi comprado, o que foi adquirido; e a gente vai conferindo, vai confirmando e vai alimentando esse sistema. Ou seja, o FNDE, ele sabe em tempo real o que é adquirido, onde foi adquirido, por quem foi adquirido (Gestor 4).

O processo de prestação de contas tem a sua importância para o controle e a transparência na utilização do recurso, tanto para a comunidade escolar, que pode fazer o acompanhamento e controle social, quanto para o Estado, que oferta a política e precisa fazer o monitoramento da execução dos recursos. No entanto, apesar de os gestores destacarem a utilidade da solução BB Ágil, nem todos os entrevistados relataram uma familiaridade com o uso das ferramentas de prestação de contas.

> Na verdade, a dificuldade que temos, às vezes, enfrentada não só por mim, mas pela maioria dos gestores escolares, é com relação à prestação de contas. Porque a maioria dos gestores escolares, nós não temos, por exemplo, não passamos por um curso mínimo técnico de contabilidade que desses aos gestores escolares segurança para isso (Gestor 5).

O Gestor 5 ressalta, em seu discurso, a dificuldade enfrentada no momento da prestação de contas, visto que os responsáveis não passam por treinamento, não recebem orientação nem possuem formação específica. Essas diferentes perspectivas dos gestores podem estar aliadas ao nível de complexidade da escola, às suas formações de base ou ainda às experiências anteriores. Estudos como os de Silva *et al.* (2024) evidenciam a importância da capacitação para a melhoria dos níveis de conhecimento sobre gestão e acompanhamento. Além disso, autores como Flores *et al*. (2024) destacam a necessidade de aprimorar os fluxos e sistemas utilizados pelo PDDE, com o propósito de conferir ao programa maior efetividade na execução e no monitoramento das prestações de contas.

Os gestores relataram, em suas falas, que o BB Ágil, sistema utilizado para a prestação de contas, trata-se de um recurso disponibilizado pelo Banco do Brasil que auxilia e facilita a transparência da utilização dos gastos decorrentes do PDDE.

As políticas educacionais são constituídas por diferentes contextos, dentre os quais podemos destacar o material, composto por recursos tecnológicos, financeiros e insumos diversos. Tais artefatos podem atuar no cenário das políticas educacionais no sentido de direcionar, circular, reforçar e representar determinados discursos e comportamentos desejáveis (Ball; Maguire; Braun, 2016; Landri, 2015). No contexto estudado, o BB Ágil configura-se como um artefato essencial no processo de controle e responsabilização inerente ao programa. Apesar de se colocar como um elemento facilitador na gestão e prestação de

contas do recurso, ele exerce também um papel ambíguo, pois representa a transferência de responsabilidades da execução da política. Além disso, como destaca Mafassioli (2015), essas atribuições administrativas ocupam, em certa medida, uma grande porção do tempo na gestão escolar, o que pode fazer com que as questões pedagógicas não sejam priorizadas.

É preciso, outrossim, que esses processos de adimplência, que envolvem documentos comprobatórios e prestações de contas, sejam inteligíveis para a escola e sua comunidade. Essa preocupação visa evitar que haja uma valorização maior dos procedimentos de gestão exigidos pelo programa do que a promoção da autonomia e participação escolar, que constituem o objetivo maior da iniciativa (Viana; Selau, 2024).

Participação da comunidade escolar

A participação da comunidade escolar na gestão do PDDE tem um aspecto de grande importância, que geralmente se materializa a partir da atuação do conselho escolar. Ao serem questionados sobre o papel da comunidade escolar na gestão do PDDE, os entrevistados apresentaram posicionamento convergente, evidenciado na fala do Gestor 2:

> Lá a gente tem a participação de alunos, mas é uma luta pra que os alunos queiram participar, né? Nós temos a formação do conselho escolar lá com a participação do aluno. E só pra vocês terem uma ideia da dificuldade, nós, pra fecharmos o conselho, a gente passou oito convocações pra ver se pelo menos um ou dois alunos diziam que queriam participar. Entende? Infelizmente tem essa ideia de que eu não vou ganhar nada, sabe? Então é bem complicado (Gestor 2).

Segundo Dourado *et al*. (2006), o conselho escolar é uma representação da comunidade escolar e implica o fomento de uma cultura de participação dos atores escolares na gestão democrática da escola. Durante as entrevistas, destacou-se, pelos gestores, que o conselho escolar é formado por toda a comunidade escolar, o que inclui os gestores, servidores, docentes, discentes e pais. No entanto, pelo relato dos gestores, os pais e alunos não demonstram interesse em participar do conselho e nem das reuniões gerais, sendo isso um problema para a comunidade escolar. Essa situação fica explícita na fala do Gestor 5:

> Na minha opinião, era pra haver mais participação da própria comunidade escolar. Qualquer pessoa, qualquer pai, qualquer mãe, qualquer cidadão tem direito a pedir transparência em relação aos recursos públicos. Agora, infelizmente, a população não liga pra isso, não atenta muito pra isso (Gestor 5).

Mediante as falas dos entrevistados, pode-se analisar que os gestores 2 e 5 entram em um evidente consenso ao falarem da importância do engajamento da comunidade escolar, principalmente dos pais. Entretanto, as expectativas dos gestores não foram atendidas, visto que o círculo familiar e os estudantes não demonstram interesse para esse assunto, mesmo sabendo que a utilização da verba está diretamente ligada à vida acadêmica dos estudantes.

A ênfase nos aspectos procedimentais – exigida pela lógica do PDDE, como prestação de contas etc. – pode contribuir para a falta de participação dos núcleos democráticos. Essa lógica impõe uma tendência a “privilegiar a dimensão técnico-operacional e secundarizar a dimensão política própria dos processos coletivos de tomada de decisão com graus mais avançados de participação”. Em muitos casos, há uma participação meramente operativa para atendimento de requisitos do programa, o que porventura subordina as questões político-pedagógicas da escola às questões de ordem financeira (Adrião; Peroni, 2007, p. 261).

A dificuldade em promover a participação da comunidade escolar na gestão do PDDE apresentada pelos gestores não é uma exclusividade do município estudado. Tais achados corroboram o estudo de Nogueira (2022), que aponta o PDDE como uma política que, de fato, contribui para o fortalecimento de uma gestão democrática, mas que sofre com a não participação presente na cultura da maior parte das escolas. Nesse sentido, Nogueira (2022) defende que a participação precisa ser fomentada como um horizonte do programa. Além disso, é preciso que a participação seja fomentada pelos núcleos democráticos da escola não apenas para assuntos da ordem de destinação de recursos, mas também da ordem político-pedagógica.

Avaliação do PDDE e perspectivas futuras

Quando questionados sobre qual a percepção geral da política e quais as perspectivas de melhorias para o programa, os gestores ressaltaram novamente a necessidade de reajuste de valor repassado, para que melhorias possam ser implementadas nas escolas, aumentando, assim, o investimento nos projetos pedagógicos, como também na infraestrutura do ambiente. Nas falas a seguir é possível observar a insatisfação:

> É pra calcular de uma forma mais generosa, pra vir mais dinheiro pras escolas. É muito pouco, gente. 7 mil reais num ano todo pra uma escola. 300 alunos (Gestor 3).
>
> Eu acho que ainda é um cálculo feito, assim, eu penso que o nosso país precisa investir na educação de base, né? Então, eu acho que o cálculo do PDDE ainda é bem pra trás. [...] Eu acredito que a gente precisa ver a questão do cálculo com mais atenção, principalmente levando em consideração os valores dos produtos que a gente precisa. Cada escola tem uma realidade (Gestor 1).

Além disso, os entrevistados apresentaram insatisfação com a forma como as verbas são calculadas, bem como com a necessidade de se reformular a maneira como o recurso é orçado, visto que o benefício vem para as escolas com base no número de alunos do censo escolar do ano anterior, não considerando a possibilidade do aumento de estudantes matriculados ou a inflação de um ano para o outro. O Gestor 3, por exemplo, destaca uma possível falta de desconhecimento dos formuladores de políticas sobre as reais necessidades das escolas:

> Talvez essas pessoas que calculam o PDDE nunca foram numa escola, né? Não sabem realmente o que uma escola precisa. Tipo, uma escola com criança precisaria de muita coisa (Gestor 3).
>
> O percentual não é uma coisa tão grande. Onde que um aluno passa o dia com dois contos na merenda e cinquenta centavos de limpeza para cuidar da sua casa? Ninguém cuida (Gestor 6).
>
> O que era necessário existir? Um aumento dos recursos que vem para as escolas. Se tivéssemos mais recursos, trabalharíamos melhor. Agora, desde que esse recurso saia direto do MEC, do governo federal, para que seja gerenciado pelas escolas (Gestor 5).

De acordo com as respostas dos gestores, é notória a convergência de suas opiniões sobre a necessidade de aumento ou reformulação do valor repassado pela política pública. Também é relatado, pela Gestora 3, que quem administra os cálculos são pessoas que supostamente não têm conhecimento sobre as demandas necessárias para as instituições de ensino. Juntamente com essa afirmação, obtivemos a resposta do Gestor 6, que expressa a

sua insatisfação em relação ao valor delimitado de R$ 2,00 por dia para a alimentação de cada criança durante o ano letivo.

> Como eu disse, é avaliar cada situação, cada escola. O PDDE, eu acredito que é de fundamental importância para as escolas funcionarem. Mas ele precisa melhorar no sentido de avaliar as condições e as necessidades específicas. Eu sei que é muito difícil, né? Porque o Brasil é muito grande, tem muitas escolas. Mas eu acredito que, com a questão dos sistemas, né, que a gente coloca toda prestação de conta e tudo mais, eles conseguem visualizar. Essa escola precisa mais disso, essa escola mais disso. Então, fazer aí uma... uma redistribuição, não pelo número de alunos, e sim pela necessidade da escola (Gestor 1).

> Então seria uma ideia se o valor do aluno fosse reajustado anualmente, como é feito o Fundeb? O Fundeb tem ajuste anual, né? O ajuste do Fundeb é anual, todo ano eles fazem um, um balanço entre os 2 últimos anos. E joga para frente o valor. Se o PDDE também tivesse a mesma dinâmica, seria mais fácil, e você manteria a mesma quantidade de recurso que era necessária para um ano ter para o segundo recurso. [...] Eu acho que o PDDE é importante demais. Eu acho que, sem o PDEE, as escolas não tinham manutenção. Manutenção de falar, assim, no nosso caso, com relação ao pedagógico, né? A gente não conseguiria fazer os programas de ensino que nós fazemos, né, que é o que eu acredito. Por todos os grupos, 90% é a escola quem entra com esse encargo, né? Eu acredito que, se não tivesse, a gente não conseguiria fazer, ou os trabalhos necessários seriam um pouquinho além do nível que acontece, beleza? Então eu acredito que o PDDE tem que se manter, e esperamos, torcemos aí que ele crie outra política aí, de ser reajustado, e não de acordo com a quantidade de alunos que temos no ano, né? Porque a defasagem em relação a isso é grande. Os preços dos materiais aumentaram nos últimos anos e terminaram em quantidade sendo reduzidos e aí priorizando algumas situações (Gestor 4).

O Gestor 4 demonstra anseio por uma mudança na forma como o PDDE é calculado, desejando uma reformulação na distribuição dos recursos para cada unidade escolar. Sua intenção é que o programa cumpra, efetivamente, o objetivo de auxiliar a infraestrutura e a dimensão pedagógica, aspectos que vêm sendo comprometidos em decorrência da limitação das verbas.

Ao analisar as respostas apresentadas pelos entrevistados, torna-se evidente a insatisfação quanto ao cálculo e à distribuição dos recursos do programa. Tal descontentamento reflete-se nas dificuldades relatadas ao utilizar o capital em suas respectivas escolas, pois os participantes alegam que os valores são inferiores às necessidades básicas. Essa perspectiva corrobora os achados de Viana e Selau (2024, p. 20), que apontam para “a necessidade de reformulação da base de cálculo dos repasses do PDDE, de forma que dê conta de seus objetivos e das demandas apontadas por seus usuários”.

Além disso, nas falas dos gestores 1 e 3, emergem elementos que questionam a familiaridade dos formuladores da política com o contexto escolar. Ao afirmarem que “ele [o PDDE] precisa melhorar no sentido de avaliar as condições e as necessidades específicas” (Gestor 1) e que “talvez essas pessoas que calculam o PDDE nunca foram numa escola, né? Não sabem realmente o que uma escola precisa” (Gestor 3), os participantes evidenciam não apenas a percepção de insuficiência financeira, mas também a baixa aderência dos processos do programa às realidades cotidianas.

Conforme argumentam Ball, Maguire e Braun (2016), embora as políticas exerçam influência sobre os contextos, estes também condicionam a sua implementação. Nesse

sentido, ainda que os participantes reconheçam os potenciais benefícios de uma política como o PDDE, sua inserção no dia a dia escolar evidencia a necessidade de adaptação, negociação e ressignificação da norma, de modo a adequá-la às demandas e especificidades locais (Moura; Bispo, 2026).

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo analisar a gestão da política de financiamento educacional PDDE no município de Brejinho/RN. Os dados evidenciaram que o programa desempenha papel central na sustentação das atividades escolares no contexto analisado, especialmente diante da escassez de outras fontes regulares de financiamento. Sua existência é reconhecida pelos participantes como de grande importância, ainda que marcada por limitações operacionais e financeiras.

Entre os principais achados, destaca-se a necessidade de revisão do modelo de cálculo dos repasses, atualmente desatualizado em relação às demandas das escolas e ao contexto inflacionário. Os gestores entrevistados apontam que os valores recebidos não acompanham o aumento dos custos nem as variações nas matrículas, o que compromete a capacidade de planejamento e execução de ações pedagógicas e estruturais.

Outro aspecto recorrente refere-se à complexidade dos procedimentos de prestação de contas. Apesar dos avanços decorrentes da implementação do sistema BB Ágil, os gestores ressaltam a ausência de formação técnica para lidar com exigências burocráticas específicas, evidenciando a necessidade de capacitação contínua das equipes que gerem o programa nas escolas.

Este artigo também identificou desafios relacionados à participação da comunidade escolar na gestão do programa, especialmente quanto ao engajamento de pais e estudantes nos conselhos escolares. Esse cenário revela um descompasso entre os princípios da gestão democrática e as práticas observadas, indicando a necessidade de ações institucionais voltadas ao fortalecimento do controle social e da cultura participativa.

Adicionalmente, observou-se que, no contexto analisado, o PDDE incorpora efeitos associados às políticas de responsabilização presentes nas reformas do Estado brasileiro nas últimas décadas. Entre os principais aspectos identificados, destacam-se: a limitada aderência entre os índices de qualidade de gestão do programa e a realidade das escolas; a presença de mecanismos de controle e monitoramento a partir de artefatos (BB Ágil); a sobrecarga de atividades administrativas em detrimento das dimensões político-pedagógicas; e a fragilidade da participação dos colegiados escolares, que pode estar relacionada à centralidade das questões financeiras no cotidiano desses núcleos.

No entanto, apesar das limitações apontadas, o PDDE é reconhecido como uma política estratégica para a promoção da autonomia escolar e a melhoria das condições de ensino. Nesse sentido, torna-se fundamental que os entes federativos articulem ações complementares para assegurar o financiamento adequado da educação básica, especialmente em municípios de pequeno porte e com baixo nível socioeconômico, como Brejinho/RN.

De modo geral, o estudo contribui para o debate sobre o PDDE como política de financiamento da educação básica, ao oferecer evidências empíricas que subsidiam a reformulação da política pública, o fortalecimento da gestão escolar e o desenvolvimento de

novas investigações. Recomenda-se, para trabalhos futuros, a ampliação do escopo empírico, com a inclusão de diferentes contextos regionais e atores educacionais, a fim de aprofundar a compreensão sobre os impactos do programa.

Referências

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola para a gestão da escola pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 98, p. 253-267, abr. 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000100013

AFONSO, Almerindo Janela. Para uma conceitualização alternativa de accountability em educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 471-484, abr. 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000200008

ALMEIDA, Ana Flávia Cordeiro S. de *et al*. **Avaliação sistêmica e multicêntrica do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**. Goiânia: Cegraf UFG, 2024.

BALL, Stephen; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas**: atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BITENCOURT, Clarissa dos Santos; GOMES, Fernanda Dayane Bezerra; CAMARGO, Rubens Barbosa de. Montantes e gastos anuais de escolas públicas com os recursos do PDDE: estudo de caso em uma escola municipal (2007–2016) e uma escola estadual de São Paulo/SP (2006–2016). **FINEDUCA: Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 10, 2020. DOI: https://doi.org/10.22491/fineduca-2236-5907-v10-90483

BIZZON, Camille Aparecida de Miranda Cordeiro. Financiamento da educação: uma breve análise do PDDE no município de Paranaguá/PR. **FINEDUCA: Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 12, 2022. DOI: https://doi.org/10.22491/2236-5907116563

BRASIL. Portaria nº 548, de 2 de julho de 2024. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 jul. 2024. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-548-de-2-de-julho-de-2024-570315119. Acesso em: 26 abr. 2025.

CÓSSIO, Maria de Fátima. A Nova Gestão Pública: alguns impactos nas políticas educacionais e na formação de professores. **Educação**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 66-73, 2018. DOI: https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.1.29528

DOURADO, Luiz Fernandes et al. **Conselho escolar e o financiamento da educação no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

FLORES, Maria Luiza Rodrigues et al. Problemas na prestação de contas do PDDE Básico: limites e possibilidades do monitoramento amostral. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 40, n. 1, 2024. DOI: https://doi.org/10.21573/vol40n12024.134919

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Nota técnica**: Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IdeGES-PDDE). Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/media-pdde/area-para-gestores/2021/NotaTcnicaIDEGES2021.pdf. Acesso em: 25 fev. 2026.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **PDDE**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/pdde-home. Acesso em: 26 abr. 2025.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Valores referenciais de cálculo para repasses do PDDE básico**. Brasília, DF, 2026a. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/valores-referencias-de-calculo-para-repasses-do-pdde-basico. Acesso em: 4 mar. 2026.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Monitore o PDDE**. Brasília, DF, 2026b. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/monitore-o-pdde-1/monitore-o-pdde. Acesso em: 2 mar. 2026.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Ações integradas do PDDE**. Brasília, DF, 2026c. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/acoes-integradas-1. Acesso em: 12 mar. 2026.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **PDDE Info: consulta a escolas**. Brasília, DF, 2026d. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/pddeinfo/pddeinfo/escola/consultar. Acesso em: 8 mar. 2026.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brejinho (RN)**: panorama. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/brejinho/panorama. Acesso em: 10 mar. 2026.

LANDRI, Paolo. The sociomateriality of education policy. **Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education**, v. 36, n. 4, p. 596-609, 2015. DOI: https://doi.org/10.1080/01596306.2014.977019

MAFASSIOLI, Andréia da Silva. 20 anos do Programa Dinheiro Direto na Escola: um olhar crítico sobre as interferências na gestão escolar e financeira pública. **FINEDUCA: Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 5, 2015. DOI: https://doi.org/10.17648/fineduca-2236-5907-v5-67555

MOURA, E. O. de; BISPO, M. de S. Schools as learning organizations: organizational self-assessment as a modulator of school learning. **British Journal of Sociology of Education**, p. 1–21, 2026. DOI: https://doi.org/10.1080/01425692.2026.2751083.

MOURA, Sergio Andrade de; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Privatização da educação no estado da Paraíba: uma análise das políticas no contexto da NGP. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, v. 14, n. 36, p. 871-892, 2023. DOI: https://doi.org/10.58422/repesq.2022.e1334

NOGUEIRA, Renan Moreira. **Os sentidos da participação social no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**: trajetórias no contexto da racionalidade neoliberal. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Alexandre William Barbosa; CLEMENTINO, Ana Maria. A Nova Gestão Pública no contexto escolar e os dilemas dos(as) diretores(as). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 707-726, set./dez. 2017. DOI: https://doi.org/10.21573/vol33n32017.79303

OLIVEIRA, Maria Angela Alves de; SANTOS, Ana Lúcia Félix dos. Accountability educacional: sentidos discursivos em análise. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 32, e07946, 2021. DOI: https://doi.org/10.18222/eae.v32.7946

SANTOS, Maíra Lana Kascher; PEREIRA JUNIOR, Edmilson Antonio; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Influência das políticas de responsabilização na prática pedagógica de professores em quatro estados da Região Nordeste. **Em Aberto**, v. 37, n. 119, 2024. DOI: https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.37i119.6176

SILVA, Anielson Barbosa da *et al*. Impacto da capacitação no nível de conhecimento do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas ações integradas. **Education Policy Analysis Archives**, v. 32, 2024. DOI: https://doi.org/10.14507/epaa.32.8367

SOUZA, Vilma Aparecida de *et al*. PDDE como política pública de financiamento da educação: origem, objetivos e base legal. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 6, 2024. DOI: https://doi.org/10.54033/cadpedv21n6-250

TCU. Tribunal de Contas da União. **Transparência e prestação de contas**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/transparencia-e-prestacao-de-contas/transparencia-e-prestacao-de-contas. Acesso em: 26 abr. 2025.

VIANA, Mariana Peleje. **O Programa Dinheiro Direto na Escola e a gestão financeira escolar em âmbito nacional**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

VIANA, Mariana Peleje. Comparando os recursos financeiros do PDDE com as chamadas contribuições espontâneas arrecadadas pelas escolas públicas. **FINEDUCA: Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 12, 2022. DOI: https://doi.org/10.22491/2236-5907109630

VIANA, Mariana Peleje; SELAU, Lisiane Priscila Roldão. Painel de dados do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) em âmbito nacional: propostas para o monitoramento do PDDE. **FINEDUCA: Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 14, 2024. DOI: https://doi.org/10.22491/2236-5907129278

Elton Oliveira de Moura é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e doutor em Administração pela Universidade Federal da Paraíba. Pesquisador membro do Núcleo de Pesquisa de Práticas Sociais em Educação e Organizações (PEO-UFPB). Foi pesquisador visitante pelo programa CAPES PrInt, modalidade PDSE (Doutorado Sanduíche), no Istituto di Ricerche sulla Popolazione e le Politiche Sociali (IRPPS) do Consiglio Nazionale delle Ricerche (CNR) da Itália.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0172-724X
E-mail: elton.moura@ifrn.edu.br

Eloíza Marcelino Bezerra é graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU), em Natal/RN, e possui formação técnica em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).
ORCID: https://orcid.org/0009-0008-9867-1772
E-mail: eloiza.marcelino1701@gmail.com

Maria Eduarda Santos da Silva é graduanda em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e técnica em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Possui experiência no Movimento Empresa Júnior (MEJ), tendo atuado como membro da ADM Consult na UFRN. Atualmente, integra o projeto de extensão "Agência de oportunidades".
ORCID: https://orcid.org/0009-0001-3328-5722
E-mail: maria.santos.156@ufrn.edu.br

Recebido em 05 de junho de 2025
Aprovado em 15 de agosto de 2026

Editora responsável: Theresa Adrião

CC BY